



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO  
SUL UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE AMAMBAI  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*  
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE  
HISTÓRIA PROFHISTÓRIA**



---

**DENILDO DE SOUZA**

**HISTÓRIAS EM MOVIMENTOS: CONQUISTAS E RESISTÊNCIAS NO  
ASSENTAMENTO SUL BONITO EM ITAQUIRAÍ MATO GROSSO DO SUL**

---

Amambai/MS  
2018

**DENILDO DE SOUZA**

**HISTÓRIAS EM MOVIMENTOS: CONQUISTAS E RESISTÊNCIAS NO  
ASSENTAMENTO SUL BONITO EM ITAQUIRAÍ MATO GROSSO DO SUL**

Dissertação de mestrado apresentada na forma de artigo ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Amambai, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Área de concentração: Ensino de História

Orientador (a): Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Viviane Scalon Fachin

Amambai/MS

2018

**HISTÓRIAS EM MOVIMENTOS: CONQUISTAS E RESISTÊNCIAS NO  
ASSENTAMENTO SUL BONITO EM ITAQUIRAÍ MATO GROSSO DO SUL**

**DENILDO DE SOUZA**

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Ensino de História

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Viviane Scalon Fachin (Presidente)

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Marinete Aparecida Rodrigues Zacarias

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Alzira Salete Menegat Universidade  
Federal da Grande Dourados/UFGD

Amambai/MS, 19 de Outubro de 2018.

Dedico esse trabalho às famílias do assentamento Sul Bonito, por fazerem parte da minha vida profissional, por meio desse trabalho. Aos meus queridos alunos da Escola Municipal Professor Jair Alves da Costa, aos diretores (as) e colegas de trabalho. E por fim, minha companheira, Helezandra dos Santos que sempre esteve ao meu lado, compartilhando angústias, aprendizados e alegrias.

## **AGRADECIMENTOS**

A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), que me proporcionou extraordinária formação por meio desse mestrado profissional (PROFHISTÓRIA). Ao Programa Institucional de Bolsas Aos alunos de Pós-Graduação (PIBAP) pela bolsa concedida. À minha orientadora Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Viviane Scalon Fachin pelas orientações e confiança no trabalho, à coordenadora, Dr<sup>a</sup>. Marinete Zacarias Rodrigues pela dedicação e empenho em prol desse programa e todos os professores da instituição pelas contribuições ao longo do percurso. Quero fazer também, um agradecimento especial a Valdirene Rodrigues, secretária de educação da Secretaria Municipal de Itaquiraí/MS SEMED gestão 2016-2020, que me deu apoio desde o início do mestrado reduzindo minha carga horária em sala de aula. A todos os meus colegas pelo apoio, indicação de leituras e trocas de experiência durante esses dois anos. Por fim, todos aqueles que de alguma forma ou de outra contribuíram para a conclusão desse trabalho.

“Nunca é demais afirmar que a história não é circular nem linear. A história é um processo de incertezas, pois é obra de seres humanos vivos em ação, em movimento, produto da dialética de relações que eles estabelecem ao agir e se mover”.

(GRZYBOWSKI, 1994, p. 287).

SOUZA, D. Histórias em movimentos: Conquistas e resistências no assentamento Sul Bonito em Itaquiraí/MS 2018. Dissertação em forma de artigo (Mestrado Profissional em Ensino de História – PROFHISTÓRIA) Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Amambai/MS, 2018<sup>1</sup>.

**RESUMO:** O intuito desse trabalho de mestrado foi produzir um documentário e a partir do mesmo construir o presente artigo para explicitar metodologicamente como ele foi elaborado, no assentamento rural Sul Bonito, em Itaquiraí Mato Grosso do Sul. Com enfoque na história do tempo presente, a relação entre história e cinema, memória e história local. A constituição da distribuição de terras na região Sul de Mato Grosso do Sul e a relação entre trabalhadores do campo e movimentos sociais de luta pela terra na década de 1990. Esse foi o nosso fio condutor para analisar os relatos das famílias, com histórias em movimentos nas suas conquistas e resistências no assentamento, pois foi por meio das mobilizações nos movimentos, que conquistaram espaços, direitos e aprendizados que os coloca na posição de sujeitos de um processo histórico nesse local. Por fim, buscamos refletir sobre como inserir o ensino de história nas escolas, partindo da relação entre memória e história local, para levar à comunidade do assentamento e sociedade em geral uma realidade muitas vezes desconhecida.

**Palavras-chave:** Ensino de História; Assentamento rural; Questões Agrárias; Movimentos sociais do campo; Memória; História local.

**ABSTRACT:** The purpose of this work is to explain methodologically how a documentary film about the rural settlement of South Bonito, located in the municipality of Itaquiraí Mato Grosso do Sul, was developed. Focusing on the history of present time, oral history and the relationship between history and cinema. The constitution of land distribution in the southern region of Mato Grosso do Sul and the relationship between rural workers and social movements for the land in the 1990s. In this sense, we conducted our analyzes based on the reports of families linked in the title of this documentary which is stories in movement: conquests and resistances in the South Bonito settlement of Itaquiraí / MS, because they were through mobilizations in the movements, which conquered spaces, rights and learning that places them in the position of subjects of a historical process in that place. Finally, we seek to reflect on how to insert the teaching of history in schools, starting from the relation between memory and local history, to take to the student a reality often unknown.

**Keywords:** Teaching of History; Rural settlement; Agrarian Issues; Social movements of the countryside; Memory; Local history.

---

<sup>1</sup>Trabalho realizado com incentivo do Programa Institucional de Bolsas aos Alunos de Pós-graduação (PIBAP).

## 1. Introdução

Este trabalho explica como foi elaborado o documentário, “Histórias em Movimentos: conquistas e resistências no assentamento Sul Bonito em Itaquiraí - Mato Grosso do Sul”. Trata-se de uma mobilização ocorrida há 22 anos, na qual, 1027 famílias saíram de seus municípios de origem em busca do sonho de conquistar um pedaço de terra para viver e criar seus filhos. São histórias de vida envolvendo a movimentação de trabalhadores locais e de outras cidades, enfrentamentos dos mais variados, tais como: dificuldades de alimentação, repressão da polícia, exclusão e até abaixo assinado organizado por parte do comércio local, o padre da igreja católica e grande parte dos vereadores, pressionando a saída dessas pessoas do município de Itaquiraí.

No documentário constam os relatos das famílias entrevistadas, evidenciando muita resistência por parte das pessoas envolvidas contra as forças do Estado e a não aceitação por parte da população da cidade de Itaquiraí. As dificuldades eram muitas, e para seguir adiante, contaram com estratégias bem definidas durante todo o processo até a distribuição definitiva dos lotes, tanto que muitas pessoas acabaram desistindo ao longo do percurso. Já os que resistiram, sentem orgulho dessa conquista coletiva que mudou a vida de centenas de pessoas. Nesse documentário, foram muitos os relatos de enfrentamentos e conquistas, gravados, com 1h55min de duração, cujo objetivo é mostrar uma realidade muitas vezes desconhecida para as pessoas de Itaquiraí e região, começando por apresentar em sala de aula nas escolas do município.

O assentamento<sup>2</sup> Sul Bonito, objeto de nosso estudo, “é constituído por 422 lotes, em uma área com cerca de 6.374.000 ha. Na luta pela terra as famílias reuniram-se em duas principais organizações: o MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a FETAGRI – Federação dos Trabalhadores da Agricultura” (MENEGAT, 2010, p. 7). Os dois movimentos tiveram importância na conquista, mas a maior ênfase foi evidenciada no primeiro, conforme relatado. “Esse assentamento está localizado no Município de Itaquiraí – MS, no sul da região Centro-Oeste do Brasil, no Sudoeste de Mato Grosso do Sul, distando

---

<sup>2</sup> Os assentamentos de reforma agrária são denominados Projetos de Assentamento (PAs), regulamentados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), para acesso às políticas públicas do PNRA. Após a instalação das famílias no local, é feita a concessão dos primeiros créditos e investimentos na infraestrutura das parcelas (estradas, habitação, eletrificação e abastecimento). Os procedimentos técnicos administrativos de criação e reconhecimento dos projetos de assentamentos rurais estão amparados pela Norma de Execução DT nº 69/2008. Disponível em <<http://www.incra.gov.br/assentamentosmodalidades>>

407 km da capital estadual (Campo Grande), 1.342 km da capital federal (Brasília), 69 km da fronteira com o Paraguai (Salto del Guairá) e 78 km da divisa com o estado do Paraná Guairá” (IBGE, 2014)<sup>3</sup>.

O município de Itaquiraí comporta hoje, 12 assentamentos rurais oriundos das lutas pela Reforma Agrária, regulamentados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Tiveram início em 1989, por meio da implantação do assentamento Indaiá (FABRINI, 1995), seguido pelo Sul Bonito em 1996, até chegar ao último em 2007. O assentamento Sul Bonito foi implantado em dezembro de 1996, e beneficiou 421 famílias assentadas em lotes de 16 hectares, em média (SILVA, 2014), resultado da implantação do “I Plano Nacional de Reforma Agrária, promulgado em 10 de outubro de 1985 por meio do Decreto nº 91.766, e destinar 43 milhões de hectares para o assentamento de 1,4 milhão de famílias até 1989 em todo o Brasil” (CF, 1985).

A formação do grupo que ocupou a fazenda Sul Bonito foi composta, em um primeiro momento, por trabalhadores oriundos de várias regiões do Mato Grosso do Sul em busca de trabalho, como peões assalariados ou por diárias nas fazendas, nas serrarias, ou arrendatários<sup>4</sup>. A condição de arrendatários era precária, visto que ficavam em média 3 a 4 anos em uma fazenda, derrubavam o mato, plantavam e depois tinham que entregar ao proprietário. Essa situação deixou muitas famílias à mercê, pois assim que venciam o contrato elas ficavam praticamente desempregadas, por isso veem nos movimentos sociais de luta pela terra, a oportunidade de conquistar ou retornar à ela.

Conforme atesta Medeiros (1986), nas décadas de 1980 a 1990, o número de trabalhadores em luta pela terra no Brasil cresceu consideravelmente, coordenado pelos movimentos, se fortaleceram e realizaram várias ocupações, muitas das quais no estado de Mato Grosso do Sul. Como por exemplo, o assentamento Indaiá, vizinho do Sul Bonito, que foi implantado em 1986, dez anos antes, indicando que ele teria contribuído para despertar a atenção de mais famílias a se engajarem nos movimentos sociais de luta pela terra.

---

<sup>3</sup> Dados do site da prefeitura municipal de Itaquiraí, HISTÓRIA DE ITAQUIRAÍ. Disponível em: <[www.itaquirai.ms.gov.br](http://www.itaquirai.ms.gov.br)>. Acesso em 26 de Maio de 2018.

<sup>4</sup> Art 3º Arrendamento rural é o contrato agrário pelo qual uma pessoa se obriga a ceder à outra, por tempo determinado ou não, o uso e gozo de imóvel rural, parte ou partes do mesmo, incluindo, ou não, outros bens, benfeitorias e ou facilidades, com o objetivo de nele ser exercida atividade de exploração agrícola, pecuária, agroindustrial, extrativa ou mista, mediante, certa retribuição ou aluguel, observados os limites percentuais da Lei. Disponível em < <https://lfg.jusbrasil.com.br/noticias/1924575/o-que-se-entende-por-contrato-de-arrendamento-rural-kelli-aquotti-ruy>>

Para documentar e registrar como se deu a luta no assentamento Sul Bonito e como se desenrolou ao longo dos dois anos e meio de acampamento, foi elaborado um filme documentário com relatos de 22 pessoas que vivenciaram esse processo, Sendo elas: Nivaldo Maciel Simplício que esteve desde o início como parte da linha de frente, sua esposa, Claudia de Oliveira, que passou a fazer parte do assentamento depois de se casar com o mesmo, Natalino Rozatti Neto, parte das lideranças desde o início, sua esposa, a professora Laudence Soares Rozatti, que não demonstrou interesse no início, mas quando chegou resolveu ficar, sua função era dar aulas no acampamento, Cícero Junior Lopes Andrade solteiro filho de acampado e estudante, Joelma Lopes de Andrade, solteira, Eliezer Américo, um dos coordenadores do movimento desde o início do acampamento, Cícero Carneiro, fez parte desde o início, hoje presidente do grupo de agroecologia do assentamento, Nelson Barbosa, casado, escreveu um livro sobre a realidade de uma conquista, hoje presidente da COOPERLEITE - COOPERATIVA DOS PEQUENOS PRODUTORES AGROPECUARIOS DE ITAQUIRAI -, Américo Gimenes, casado, residente no assentamento Indaiá, arrendou o sítio para o grupo durante os despejos no acampamento, Antônio Alves de Lima (Borborema), separado, líder na época do acampamento e hoje, integrante do grupo coletivo, Josimar Carlos de Oliveira, solteiro, esteve desde o início no acampamento, Lucineide Bezerra Paes, Ministra da Igreja e esposa do seu Izidoro Adriano Prianti, Valmir Pessoa Lacerda, casado, filho de assentado, Rosana Maria Teodoro esposa do seu Eliezer e integrante do grupo de mulheres durante o assentamento, Antônio Jose da Silva, viúvo e pioneiro de Itaquiraí, trabalhava nas serrarias da fazenda, fazia parte do movimento da Fetagri, Luiz Pinto Barbosa, solteiro, trabalhava como arrendatário na fazenda e fez parte também da Fetagri, a dona Irene Morais, integrante da Fetagri, morava no Paraguai antes de fazer parte do movimento, voltou pra integrar na luta, dona Nelsinda, viúva, fez parte desde o início do acampamento, depois da morte do seu marido vendeu o lote e foi pra cidade, casou novamente e voltou para o assentamento num sítio de favor, a dona Maria Jose, casada, relatou que tinha o sonho de possuir um pedacinho de terra para viver e criar os filhos.

Nossa temática foi direcionada com ênfase na resistência do grupo em meio aos enfrentamentos para conquistar a terra, pois teriam que provar que a área era improdutiva e para isso, foram pra justiça, nesse meio tempo, tiveram que enfrentar os despejos e a não aceitação do proprietário da fazenda. Enfatizamos suas motivações, as conquistas materiais e o processo de aprendizagem ao longo do percurso.

Os relatos foram gravados em forma de vídeo documentário pautados nas obras de Ferro (1924) e Ferreira (2006), pela possibilidade que essa mídia nos oferece, pois são relatos vivos, com memórias individuais e coletivas que poderão ser reproduzidos e revividos por meio de som e imagens. Nessa trajetória as pessoas relataram como esse processo aconteceu, desde o momento em que saíram de seus locais de origem, ocuparem a fazenda, conquistar a terra, e se constituir hoje, enquanto assentados fixos que produzem e vivem da terra.

Segundo Fabrini (1995), a ocupação da fazenda Itasul em Itaquiraí, anterior à ocupação da Sul Bonito, foi a primeira do município e contou com a presença de trabalhadores sem terra, advindos de vários municípios da região, sendo uma das razões para o surgimento do fenômeno "sem-terra"<sup>5</sup>, atrelado à questão da concentração fundiária no sul de Mato Grosso do Sul. Para ratificar esse último ponto, consultamos as obras de Fachin (2016) sobre os processos de ordenamento de terras no Extremo Sul de Mato Grosso e sobre o Sul de Mato Grosso do Sul e Fabrini (1995), que apontam que o fator agrário foi um dos principais motivos para a ocupação dos 12 assentamentos no município de Itaquiraí MS. Para os movimentos sociais de luta pela terra, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Federação Estadual dos Trabalhadores da Agricultura (Fetagri), era importante ter um número considerável de famílias sem-terra, dispostas a fazer ocupações em locais de grande concentração fundiária.

No desenvolvimento desse trabalho enfatizamos a importância de se trabalhar com a história local, amparados na obra da historiadora Bittencourt (2015), pela oportunidade que os alunos das escolas municipais de Itaquiraí terão ao conhecer um pouco mais sobre a realidade de seu próprio município, principalmente pela grande quantidade de assentamentos existentes nesse local. A visibilidade dada ao apresentar este trabalho, na forma de mostra documental imagética, sobre a formação de um assentamento rural, sua origem e composição, a conquista dos direitos e a importância econômica e cultural que isso representa para o município.

Outra questão que destacamos nesse trabalho, foi o aprendizado das pessoas ao participarem dessa luta, alguns inclusive, afirmaram que jamais tinham pensado em fazer parte desses movimentos sociais de luta pela terra, e no decorrer do processo foram se engajando e ocupando posições de destaque nas lideranças. Por isso, julgamos necessário consultar as obras de Ribeiro (2010) e Thompson (1998; 2001), para enfatizar a importância

---

<sup>5</sup> Aqui entendido pelo INCRA, todos aqueles trabalhadores despossuídos de terra que almejam por esse direito. No caso de Itaquiraí, foi bastante forte a presença desses trabalhadores que viram no MST essa oportunidade, daí o surgimento do nome sem terra.

da experiência no aprendizado dessas famílias, contribuindo decisivamente para a continuidade desse assentamento, desde a ocupação até os dias atuais.

Durante as gravações, procuramos mesclar as entrevistas entre mulheres, homens e idosos, líderes e não líderes que vivenciaram esse processo e também, jovens que ouviram relatos, no sentido de ampliar horizontes. A edição foi conduzida de forma cronológica para captar as experiências vividas ao longo do percurso e dessa forma ressaltar como elas contribuem para pensar o tempo presente, já que são depoimentos de um passado recente relatado por quem vivenciou ou ouviu sobre esses acontecimentos. Conforme Delgado e Ferreira (2014), os depoimentos de um passado recente relatado por aqueles que vivenciaram esses acontecimentos aproximam os historiadores de seus objetos de estudo, definidos como história do tempo presente.

Um passado recente é entendido como elemento primordial da história do tempo presente, numa perspectiva temporal por excelência da história oral, legitimada como objeto da pesquisa e reflexão histórica, “a história interessou-se pela ‘oralidade’ na medida em que permite obter e desenvolver conhecimentos novos e fundamentar análises históricas com base na criação de fontes inéditas ou novas” (FERREIRA, 2003, p. 16). Em nosso caso, por exemplo, um depoimento de um líder do movimento sem terra pode indicar a necessidade de se realizar entrevistas com outros integrantes do mesmo grupo, pois são percepções individuais, de sujeitos inseridos em um contexto coletivo, “caracterizada pela coleta de depoimentos com pessoas que testemunharam processos, acontecimentos, modos de ser e de estar dentro de uma comunidade ou instituição” (FERREIRA, 2006, p. 22). Essa metodologia, em consonância com a autora, é importante para divulgar a história daqueles que muitas vezes não são registrados nas histórias oficiais, qual seja, as histórias de vidas de um assentamento rural captada por meio de um documentário. Dessa forma, buscamos durante a pesquisa, dar ênfase à oralidade, já que, sempre fez parte de registros passados,

As pessoas sempre relatam as suas histórias em conversas. Em todos os tempos a história tem sido transmitida de boca em boca. Pais para filhos, mães para filhas, avós para netos; os anciãos do lugar para a geração mais nova, mexeriqueiros para ouvidos ávidos; todos a seu modo, contam sobre acontecimentos do passado, os interpretam, dão-lhes significado, mantem viva a memória: Mesmo na nossa época de alfabetização generalizada e de grande penetração dos meios de comunicação, ‘a real e secreta história da humanidade’ é contada em conversas e, a maioria das pessoas ainda forma seu entendimento básico do próprio passado, por meio de conversas com outros (FREITAS, 2006, p.17).

Os relatos se referem a um passado recente do assentamento Sul Bonito e englobam explicitamente uma experiência subjetiva, mas em conformidade com um projeto coletivo, na luta pela reforma agrária, do acampamento<sup>6</sup> ao desenvolvimento do assentamento (FERREIRA, 2006).

As entrevistas se conduziram na forma semiestruturada, para que pudéssemos intervir quando necessário, e ao mesmo tempo dar espaço para que o entrevistado ficasse a vontade para falar. Com base em Ferreira (2006), ao realizar as entrevistas, levamos em consideração a faixa etária (alguns de idade avançada), e também as variantes como: sexo, origem social, trabalho ou ocupação. Apresentamos histórias de resistências e conquistas, construídas por indivíduos que se mobilizaram em prol de um projeto coletivo, no qual eles (as) foram os protagonistas e seus relatos destacam os desafios e avanços obtidos ao longo do tempo.

Acreditamos que um documentário tem muito a oferecer, pois ele pode trazer informações por meio de imagem/som, relatando em movimento, com as diferentes percepções de quem os vivenciou ou ouviu, sendo uma riquíssima fonte para o historiador. Conforme Ferro (1924), o cinema tem uma estreita relação com nosso tempo, primeiramente como um instrumento do progresso científico e desde que se tornou uma arte, seus pioneiros passaram a intervir na história com filmes e documentários, “Em lugar de se contentar com a utilização de arquivos, o historiador deveria antes de tudo criá-los e contribuir para a sua constituição: filmar, interrogar aqueles que jamais têm direito à fala, que não podem dar seu testemunho” (FERRO, 1924, p. 13). Por essa perspectiva a história de luta e resistência no assentamento Sul Bonito, materializada no documentário, torna-se eficaz na apreensão dessas narrativas, capaz de dar voz a sujeitos não contemplados em outros formatos,

A multimídia tem o potencial de expandir estas possibilidades. Os formatos multimídia podem incluir maciça quantidade de material textual, oral, visual e de vídeo. [...]Não requerem, para navegação, conhecimento da linguagem escritas [...] as pessoas "não ouvidas" por excelência - a dimensão visual é absolutamente essencial para suas histórias, e as imagens em movimento reduzem o papel mediador do entrevistador (FERREIRA, 2006, p. 29 28).

---

<sup>6</sup> Os acampamentos são organizados sob a lógica da participação e da reflexão, através de instâncias coletivas de decisão, como as assembleias, e de instâncias participativas de gestão e de trabalho, chamadas de Coletivos, que se ocupam dos mais diversos assuntos e ações necessários ao funcionamento e manutenção daquele grupo, como saúde, educação, mobilização, segurança, etc. “todas as instâncias do Movimento, desde as comissões de base, dentro de um acampamento, até as instâncias nacionais, são exercidas coletivamente, na forma de colegiado, sem distinção de poder”. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v26n3/a05v26n3.pdf>>. Acesso em 04/11/2018

A proposta é transmitir uma experiência única, com riqueza de sons e imagens, que propicie mais do que uma simples impressão passageira, mas que traga informações de interesse para os que assistirem. Uma filmagem reconhecida como fonte historiográfica, registrada e disponível para o pesquisador e o professor de história, enquanto ferramenta metodológica nas aulas no ensino de história.

Essa edição foi conduzida no sentido de dar ênfase aos motivos que conduziram essas famílias aos movimentos de luta pela terra; como se deram às mobilizações; quem esteve à frente e como seguiram em suas estratégias e resistências; desde o momento em que saíram de seus locais de origem.

As perguntas feitas aos assentados foram as seguintes: 1) como ocorreu a ocupação da fazenda desde o momento em que saíram de seus locais de origem e qual teria sido a motivação para fazer parte da movimentação? Essa pergunta foi feita no sentido de entender o contexto dos movimentos sociais e a realidade dessas famílias; 2) quais enfrentamentos ocorreram durante a ocupação por parte das forças policiais e da população local? Entendemos que assim eles pudessem ressaltar a repressão do Estado na época e a discriminação sofrida por parte da população da cidade; 3) qual foi o papel da igreja durante o acampamento e assentamento e como faziam em relação a escola para seus filhos, já que não tinham um paradeiro fixo? Aqui a intenção foi enfatizar as suas preocupações quando a questão cultural sempre presente em na sua constituição enquanto pessoas com cultura específica do campo e seus direitos tanto cobrados nos movimentos sociais de luta pela terra; 4) quais as dificuldades de produção, quais incentivos dispunham e as de iniciativa própria? Destacar quais as preocupações do governo baseado nos programas que dispunha e se essas pessoas tinham alguma ligação ou experiência ao lidar com a terra; 5) o que mais marcou ao fazer parte de todo esse processo e quais seriam as expectativas para o assentamento? Essa pergunta foi feita para que eles pudessem expor o sentimento de pertencimento ao grupo e apelo sobre a importância desse assentamento para o município, e assim tenham mais apoio governamental na sua produção.

As gravações foram feitas com 22 pessoas integrantes do assentamento Sul Bonito. As perguntas se dirigiram para vários segmentos do movimento, entre os que estiverem mais à frente enquanto lideranças, alguns mais próximos e outros (as) que vieram um tempo depois ou que não fizeram parte de todas as mobilizações, tanto por fazer parte de movimentos diferentes, ou pelas dificuldades de estar o tempo todo junto ao grupo.

## 1.1 Questão Agrária e Movimentos Sociais no Brasil e em Mato Grosso do Sul

Para apontar as razões da ocupação da fazenda pelas famílias do assentamento Sul Bonito é preciso entender como a terra foi regulamentada por meio de leis, decretos e as políticas econômicas adotadas no Brasil colonial e no Mato Grosso do Sul a partir de 1950. Em se tratando de uma questão complexa e secular no Brasil, fizemos um breve panorama desse processo histórico da terra, cientes de que para maiores aprofundamentos, é necessário consultar as obras dos autores citados.

Conforme Prado Jr (1995), o processo de concentração fundiária no Brasil remete a colonização do Brasil, na qual, as terras eram obtidas por meio de doações, incidindo sobre grandes lotes, com o objetivo de produzir para exportação. A propriedade fundiária passou a ser regulada pela Lei de Sesmarias, cuja posse, era permitida somente àqueles que dispunham de escravos e estivessem alinhados à política econômica vigente a partir de 1534. Nessa época, aqueles que não dispunham das mesmas condições tornava-se posseiros, originando-se assim, a pequena propriedade, com a função de desbravar as terras e produzir para a subsistência. Vale lembrar que, essa posse poderia acabar a qualquer momento, pois o direito era garantido aos latifúndios legalizados.

Com o aumento das posses por pequenos proprietários e a mudança no sistema econômico, a lei de Sesmaria chegou ao seu fim em 1850. Assim, uma nova lei foi elaborada, a Lei de Terras nº 601 de 18 de setembro de 1850, estipulando que as terras devolutas deveriam ser apropriadas mediante a compra do título da terra. Na prática essa lei estava de acordo com as novas relações econômicas capitalistas, visando garantir a propriedade da terra, ao mesmo tempo em que sinalizava a abolição da escravidão, iniciada com o fim do tráfico de escravos em 1850 sob a lei Eusébio de Queirós. Inferimos que o objetivo da mão-de-obra assalariada nesse caso, era garantir consumidores, sem abrir mão da sua dependência ao modelo, limitando direitos e acesso à terra, na condição de trabalhador ou colono. Assim, novamente a grande propriedade ganha legitimidade, pois, “a criação de um instrumento legal e jurídico para efetivar esse monopólio, pondo o peso do Estado do lado do grande fazendeiro, dificultava o acesso à terra aos trabalhadores sem recursos” (MARTINS, 1981, p. 59).

As ações do governo em relação às pequenas propriedades ocorreram nas áreas que não eram interessantes ao latifúndio, em regiões de fronteira, constituindo-se aí, um campesinato autônomo. O fazendeiro de café monopolizava a terra, exceto durante as crises

na produção do café no início do século XX, quando alguns produtores tiveram prejuízo, se obrigando a desfazer-se de parte de suas terras para saldar suas dívidas. A concentração de terras aumentou quando a produção esteve em alta e retraiu em tempos de crise, favorecendo a expansão das pequenas propriedades Prado Jr, (1979).

Conforme Fabrini (1995) a concentração de terras no Sul de Mato Grosso do Sul se aprofundou em meados do século XX, com a crise do café, na qual, grandes proprietários de terra de São Paulo e Paraná buscam novas atividades econômicas, como a pecuária, produção alternativa e rentável, atrelada ao mercado internacional que estava em guerra e o crescimento dos grandes centros urbanos do Brasil. Influenciados pela ação governamental quando criou a CAND (Colônia Agrícola Nacional de Dourados). O objetivo dessa ação era povoar parcelas importantes do território nacional, ocupadas por povos indígenas bem como, assegurar a nacionalização das fronteiras, no governo de Getúlio Vargas em 1941. A distribuição gratuita de lotes de 30 ha a colonos, com a campanha “Marcha para Oeste”, proporcionou a chegada de colonos de várias regiões do Brasil. Houve o surgimento dos municípios da região e a formação do campesinato. Essas terras foram distribuídas para trabalhadores rurais de baixa renda, além das terras, o governo distribuía ferramentas, residência e animais de leite e corte, com o objetivo de promover a pequena propriedade e povoar a região. Apesar desses incentivos, muitos camponeses encontraram dificuldade para permanecer, pois sofriam com a falta de incentivo e assistência técnica por parte do governo para a lavoura de subsistência. Com o tempo, isso acarretou a venda de muitos lotes, os primeiros moradores que permaneciam nos lotes começaram a se dedicar a outras atividades não agrícolas para sobreviver, como por exemplo, o comércio de bebidas, doces e etc. Somados a isso, vieram muitas empresas privadas de colonização e imobiliárias, com a finalidade de negociar a terra, objeto de interesse de diversos empreendedores que viam na especulação, um fim lucrativo. Assim, “mais tarde, serão vendidos e transferidos a fazendeiros pecuaristas de São Paulo e Paraná, dando-se origem à elevada concentração fundiária existente no sul de Mato Grosso do Sul” (FABRINI, 1995, p. 46).

Outro momento em que houve legislação favorável à concentração fundiária, segundo Moreira (1990), foi no período da ditadura militar, quando criou o Estatuto da Terra, sob a Lei nº 4.504, de 1964, projeto que consistia numa espécie de modernização do campo para subsidiar o latifúndio improdutivo e estimular a produção agroindustrial para o mercado interno e externo, por meio de créditos agrícolas. Apesar das boas intenções e de alguns resultados positivos, essa medida acabou favorecendo o grande proprietário, pois como os

pequenos produtores não tinham condições de elaborar um projeto de maior escala que atendesse essa demanda tiveram que ceder espaço aos grandes produtores, aumentando ainda mais a concentração fundiária. Conforme Santos (1993), referenciado no trabalho de Fachin (2016)

O novo celeiro que deveria ser constituído como espaço vital para alimentar o povo brasileiro, se tornou pouco acessível para os homens e as mulheres do campo, antigo colonos que não conseguiram acompanhar a modernização devido às exigências das políticas de crédito agrícolas e incentivos fiscais, pensadas para os grandes latifundiários que no processo de acumulação capitalista incorporaram milhares de hectares de terras amansadas (FACHIN,2016, p. 77).

Em Mato Grosso do Sul, Fachin (2016), salienta que essa modernização ocorreu a partir dos anos de 1950, caracterizada por meio do desenvolvimento do capitalismo no campo, expandido e consolidado na década de 1970. Importante lembrar que, em 1950 houve maior fluxo migratório de trabalhadores rurais incentivadas pela política de colonização dirigida nas áreas de expansão da agricultura. Com a modernização e mecanização do campo, muitos trabalhadores acabaram perdendo terra e trabalho também. Em 1963, foi criado o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), no sentido de tentar acalmar os ânimos sobre as condições de trabalho no campo e a questão agrária no Brasil, devido às crescentes manifestações populares. A ideia era estender a legislação trabalhista da cidade para o campo criando para isso, um dispositivo que atendesse a demanda trabalhista do campo, para melhor assegurar seus respectivos direitos.

O ETR, além de não trazer os resultados esperados, não incluiu as especificidades de algumas “categorias de trabalhadores rurais, como a dos parceiros, dos meeiros e dos que trabalhavam por contratos de empreitada e indistintas ficaram as suas próprias relações de trabalho” (FACHIN, 2016, p. 66). Assim, essa medida se mostrou ineficaz e ideológica, pois a intenção foi apenas apaziguar os conflitos, passando a ideia de que estavam preocupados em resolver essa situação. Nesse impasse, foi criada a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), com o objetivo de organizar e estabelecer suas metas e reivindicações (FACHIN, 2016).

Em 4 de novembro de 1966, o Decreto nº 59.456, instituiu o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária, que não saiu do papel. Em 1970, o Decreto nº 1.110, criou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que tinha, “[...] a atribuição e responsabilidade da execução do projeto Plano de Integração Nacional (PIN) e logo após assumiu o Programa de Redistribuição de Terras do Norte e Nordeste (PROTERRA)”

(FACHIN, 2015, p. 66). Com essas medidas, os governos militares justificavam o seu modelo econômico, na tentativa de acalmar os ânimos dos movimentos sociais de luta pela terra, que na prática acabou gerando maior concentração de terras.

Com a redemocratização em 1984, o tema da reforma agrária voltou a ser debatido, e com ele, o Decreto nº 97.766, de 10 de outubro de 1985 instituindo I Plano Nacional de Reforma Agrária, com a meta de destinar 43 milhões de hectares para o assentamento de 1,4 milhão de famílias até 1989 (INCRA, 2017).

Em Mato Grosso do Sul foi elaborado o Plano Regional de Reforma Agrária (PRRA) com base no I PNRA, determinando as áreas para desapropriação e o levantamento do número de famílias que deveriam ocupar essas terras entre os anos de 1985 e 1989, com a previsão de assentar 41.200 famílias, e dessa forma resolver os conflitos e a concentração de terras aí existentes (FACHIN, 2016).

Em 1985 foi aprovado o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural (PNDR) pelo então presidente José Sarney, para ampliar a política agrícola (FACHIN, 2016). Porém, esse plano na prática, se tornou um tanto quanto tumultuado sofrendo várias críticas, pois além dos resultados ficarem longe do esperado, “as áreas com maior ocorrência de acampamentos localizadas no sul do Mato Grosso do Sul, não foram priorizadas nos sete decretos que acompanharam como anexos o PRRA/MS” (FACHIN, 2015, p. 8).

No mesmo período, por meio do o Decreto-Lei n.º 2.363 de 22 de outubro de 1987, o INCRA foi extinto e criados o Instituto Jurídico das Terras Rurais (Inter) e o Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária (Mirad) (FACHIN, 2016). Nesse decreto foram incluídas várias medidas que inviabilizaram as desapropriações, pois “para provar produtividade, bastava que o latifundiário tivesse umas poucas cabeças de gado para ser considerado produtor, não era mais necessário ter boa produção, apenas produzir o mínimo que fosse” (JORNAL DOS TRABALHADORES SEM TERRA, dez. de 1987, p. 3), e o documento também estabelecia que o latifundiário, poderia escolher qual parte da propriedade seria desapropriada, ao mesmo tempo em que recebia indenização (FACHIN, 2016)<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup>Como se lê na Medida Provisória n.º 2.183-56, de 24.08.2001: “Art. 12. Considera-se justa a indenização que reflita o preço atual de mercado do imóvel em sua totalidade, aí incluídas as terras e acessões naturais, matas e florestas e as benfeitorias indenizáveis. § 1º Verificado o preço atual de mercado da totalidade do imóvel, proceder-se-á à dedução do valor das benfeitorias indenizáveis a serem pagas em dinheiro, obtendo-se o preço da terra a ser indenizado em TDA.” (BRASIL, 2001).

Com a Lei n.º 8629 de 25 de fevereiro de 1993, a bancada ruralista se viu fortalecida no enfrentamento direto com os trabalhadores rurais nas regiões de conflitos, inclusive, “os ruralistas conseguem impedir a desapropriação de terras, arrolando os processos desapropriatórios, conseguindo até mesmo reverter situações em processos já assinados pelo Presidente da República” (FERNANDES, 2003, p. 17). Assim, conclui-se, que apesar de existir certa preocupação com a situação agrária, ela não se mostrou suficiente e continuou direcionada aos grandes proprietários de terra.

Em meio aos impasses da questão fundiária no Brasil, passaremos para as razões do surgimento dos movimentos sociais de luta pela terra, fruto das contradições e desigualdades do direito a terra. Conforme Medeiros (1989) é difícil coletar dados sobre a organização dos trabalhadores rurais do campo, pois os registros encontram-se fragmentados e dispersos, pela ausência de pesquisadores específicos, ou sempre contados na versão de quem esteve no poder, passando a ideia de escravos submissos. Nessa época as primeiras revoltas iniciaram-se durante a escravidão quando os negros fugiam para os Quilombos, sendo essas, as primeiras formas organizadas de fuga e resistência. No século XIX também houve na Zona da Mata pernambucana, uma revolta de homens livres e pobres que lutavam contra promulgações de leis que os desfavoreciam e no início do século XX os movimentos messiânicos, como Canudos e Contestado.

Assim, entendemos que as leis de favorecimento à apropriação da terra, fez com que em contrapartida, surgissem aos poucos, formas organizadas de luta pela terra. Como já enfatizado, esses movimentos sociais, já faziam parte do cenário nacional de forma menos expressiva, mas em 1950/60, com a industrialização do país, a questão fundiária começou a ser debatida com mais ênfase, surgiram então, as Ligas Camponesas no Nordeste que, “trouxeram à cena política a luta dos trabalhadores rurais, que impuseram seu reconhecimento à sociedade” (MEDEIROS, 1989, p. 12). A partir desse momento eles vão ganhando força e atenção, por meio de partidos políticos como o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), pressionando o Governo Federal a criar a Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA). Dois anos mais tarde a SUPRA, fundada em 1962, foi extinta e substituída pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA).

Essa organização se fez presente nos anos seguintes, pois a concretização de grande parte dos assentamentos rurais de reforma Agrária no Sul de Mato Grosso do Sul, se deu,

mediante muita luta e resistência motivada pelos movimentos sociais de luta pela terra, principalmente, o Movimento dos Trabalhadores rurais Sem Terra (MST),

Essas 4.280 famílias assentadas entre 1985-1989 o foram em razão da ação constante dos movimentos sociais da luta pela terra em Mato Grosso do Sul representados majoritariamente pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) rural, visto que as ocupações passaram a pressionar o governo pela execução da reforma agrária, mesmo antes da aprovação do PRRA/MS pelo Presidente da República (FACHIN, 2016, p. 10).

Sendo assim, entendemos que essa pressão foi importante para muitos trabalhadores, pois depositavam confiança nessas mobilizações num contexto de luta pelos direitos sociais, “O MST teve sua gestação no período de 1979 a 1984, e foi criado formalmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, que se realizou de 21 a 24 de janeiro de 1984, em Cascavel, no Estado do Paraná” (CALDART, 2001, p. 01). Esse movimento, por meio das ocupações de latifúndios rurais improdutivos, tenta ainda hoje pressionar o governo pela execução da reforma agrária que se define como:

[...] o conjunto de medidas para promover a melhor distribuição da terra mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento de produção com base no Estatuto da Terra - Lei nº 4504/64 (INCRA, 2018, sp).

Nesse contexto se insere a desapropriação das terras do assentamento Sul Bonito no município de Itaquiraí. As desapropriações nesse município tiveram início com a ocupação da Fazenda Itasul, hoje, assentamento Indaiá desde 1989 ao lado do Sul Bonito, primeira ocupação organizada pelo MST em Mato Grosso do Sul (FABRINI, 1995), em razão do histórico de apropriação das terras nessa região,

O município de Itaquiraí, bem como todo o sul de Mato Grosso do Sul, ocupado durante a expansão pioneira, possui um grande número de trabalhadores rurais sem terra. Isso deve-se à forma como a terra foi apropriada nessa região, que não permitiu o acesso e a fixação do homem à terra, pois a maior parte deles eram parceiros, arrendatários, peões e não-proprietários. Após a derrubada das matas e formação das pastagens deveriam deixar o lote. O número de pequenas propriedades é reduzido e muitos desses trabalhadores foram expropriados e suas propriedades aglutinadas por médios e grandes proprietários. Uma das consequências dessa situação, no município de Itaquiraí, foi a reação desses trabalhadores, que ocuparam uma área de terra entre as fazendas Baunilha e Bulle, sob a suspeita, por parte dos trabalhadores, de que fosse devoluta, no início da década de 80 (FABRINI, 1995, p. 84).

Para entender esse processo de apropriação da terra no Sul de Mato Grosso do Sul passaremos para um breve histórico da terra em Itaquiraí pautados nas pesquisas de Fabrini

(1995). As terras eram apropriadas, por pessoas que exerciam atividades urbanas, como, comerciantes e empresas madeireiras. Essas terras serão ocupadas mais intensamente no avanço da "frente pioneira" e com a prática da pecuária a partir da década de 50. Aqueles que adquiriram grandes propriedades, junto ao Estado (Terras devolutas),<sup>8</sup> deixaram-na à espera de valorização quando seriam parceladas ou vendidas integralmente a fazendeiros de São Paulo e Paraná, acentuando a concentração de terras na região e no município de Itaquiraí, pois,

Nos títulos de posse expedidos pelo Estado no município de Itaquiraí, a grande propriedade esteve presente, pois não foi concedido nenhum título inferior a 100 ha, sendo que a grande maioria, (84,7%) dos títulos concedidos foi acima de 1.000 ha, abrangendo (97,1%) do total da área titulada do município (FABRINI, 1995, p. 57).

Além do mais, poucos lotes eram parcelados como no caso do lote Itaquirahy do município de Ponta Porã, que foi adquirido junto ao Estado em 1938, parcelado em lotes menores de 58 partes inferiores a 100há, vendidos posteriormente para fazendeiros pecuaristas. Em Itaquiraí os primeiros proprietários não tinham intenção de parcelar os lotes, já que teriam despesas, assim, deixavam-na a espera de valorização e apropriação da renda da terra. A Fazenda Itasul, por exemplo, foi classificada pelo INCRA, como latifúndio por exploração, na qual será motivo de intenso conflito no município de Itaquiraí, Fabrini (1995).

Na década de 1980, o município de Itaquiraí apresentava uma concentração de terras superior à média brasileira, conforme dados o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) enfatizado pelo autor. Esse lote Itaquiraí será o marco inicial da chegada de pessoas de vários locais do Brasil atraídos pelas oportunidades de trabalho nas serrarias e nas fazendas. Além de peões, houve a participação de famílias de arrendatários na derrubada das florestas. Contratadas, geralmente por três anos, após, deveriam deixar a área plantada com capim, pagando a renda da terra, que variava entre 1/3 da produção para o proprietário da terra. Depois do pasto formado, o contrato vencia e os arrendatários teriam que abandonar a propriedade, junto a isso, tinham trabalhos assalariados nas fazendas de gado. Com o tempo as serrarias acabaram e os arrendamentos também, ficando uma grande parcela de trabalhadores desocupados e desempregados, “É nesse contexto de expropriação, expulsão do trabalhador arrendatário, parceiro e do peão [...] e a desigual distribuição da terra, que vamos

---

<sup>8</sup> Terras devolutas são terras públicas sem destinação pelo Poder Público e que em nenhum momento integraram o patrimônio de um particular, ainda que estejam irregularmente sob sua posse. O termo "devoluta" relaciona-se ao conceito de terra devolvida ou a ser devolvida ao Estado.

encontrar a origem dos conflitos pela terra no sul de Mato Grosso do Sul e no município de Itaquiraí” (FABRINI, 1995, p. 64).

Como já exposto, o processo de organização fundiária na região sul de Mato Grosso do Sul foi bastante conturbada, pois os conflitos se intensificaram a partir da consolidação dos movimentos sociais de luta pela terra, amparados em leis específicas em prol dos seus direitos e que, apesar de algumas concessões por parte do governo pressionado também, pela bancada ruralista tentou resolver algumas questões, mesmo que tímidas, mas que se efetivaram principalmente pela ação dos movimentos sociais.

As ocupações são feitas com base na Lei Agrária Nº 8.629, de 25 de Fevereiro de 1993, na qual estabeleceu que as propriedades ocupadas, seriam aquelas que apresentassem indicativos de descumprimento da função social da terra, definida no artigo 186 da Constituição Federal de 1988<sup>9</sup>. Entendemos que essa lei representou uma conquista para os movimentos sociais, pois passa a estabelecer base legal às ocupações e a concretização da Reforma Agrária.

Nesse sentido, as mobilizações aconteceram de forma a garantir o que estava previsto em lei, mas que mesmo assim, precisava ser lembrado e provado por meio de manifestações e luta, pois tudo dependia da vontade de determinados governamentais e principalmente da capacidade de articulação dos movimentos sociais. No caso do assentamento Sul Bonito, essa mobilização se mostrou bastante eficiente, conforme relatado pelos coordenadores do acampamento na época.

Para entender um pouco mais sobre o assentamento, julgamos importante explicar os motivos que levaram essas famílias a fazerem parte desse processo e percebemos que para compreender todo esse processo é preciso destacar dois pontos: um sobre os movimentos sociais de luta pela terra, principalmente no caso do MST e outro sobre trabalhadores rurais, aqueles que de alguma forma já tinham alguma ligação com a terra, ou morando de favor, com pouca terra ou como arrendatário. Pessoas que viram no movimento a esperança de

---

<sup>9</sup>Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I - aproveitamento racional e adequado; II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

conquista ou retorno à terra; o segundo aspecto que foi considerado relevante foi o processo de formação política das pessoas envolvidas na história do assentamento Sul Bonito.

A conquista do assentamento Sul Bonito foi palco de várias histórias de vida que confirmam a presença dos movimentos sociais de luta pela terra e as origens culturais de quem já viveu no campo. Portanto, os interesses dos movimentos sociais são intrínsecos a essas famílias, pois elas se movimentam e movimentaram os lugares aonde chegaram. Muitas famílias retornaram à terra, mas outras, chegaram e saíram, num constante ir e vir. São histórias de vida em movimentos em busca de conquistas, do direito a dignidade, que resistem e determinam seu destino, que vão além de uma questão física, mas da construção de uma identidade peculiar e aprendizados ímpares, se construindo enquanto sujeitos de uma conquista. Essas pessoas fazem parte de um processo histórico, no qual buscamos entender a partir de suas memórias relatadas e gravadas no documentário, pensando questões culturais e econômicas dessa trajetória.

## **1.2 Memórias e testemunhos**

Ao analisarmos os relatos de dois dos assentados do assentamento Sul Bonito, nos deparamos com uma questão fundamental da memória enquanto reapropriação do passado. Para isso, fizemos algumas considerações com base em Ricouer (2006), sobre os enigmas da memória, pela importância que ela representa para análise da história. Assim, “O primeiro enigma em jogo relaciona-se com a própria ideia de representação do passado como memória” (RICOUER, 2006, p. 2). Aquele que vivenciou um determinado evento na história, como é o caso dos assentados do Sul Bonito, que fará uma representação desse passado da sua forma, dando significado ao que julgou mais importante enquanto memória indetentária ou que tenha gerado sentimentos bons e ruins. Isso propõe que o historiador esteja atento para perceber como esses fatos são narrados, pois as recordações são narrativas necessariamente seletivas. “Se somos incapazes de nos lembrar de tudo, somos ainda mais incapazes de tudo narrar” (RICOUER, 2006, p. 7). Por isso sempre selecionaremos, de forma consciente e inconsciente, os fatos significativos, cientes de nossas limitações.

Segundo Ricouer (2006) a preocupação do historiador deve estar em compreender, explicar, discutir, debater, mas também, estar atento à ideia de relativismo da história, pois, se não há objetividade na história, não quer dizer que não se pode interpretar de forma cautelosa,

com o olhar apurado do historiador. Sendo assim, conduzirá a abordagem de uma memória, enquanto ferramenta condutora das narrativas para entender um processo histórico.

Ao comparar dois relatos do assentamento Sul Bonito da época do acampamento, foi possível perceber como o sentimento de significado e pertencimento esteve presente nas narrativas a seguir,

Se ocê sube o sofrimento que esse home teve! O home não teve mais sossego, o dono do sitio seu Américo não teve mais sossego, a polícia pressionou ele a vida inteira, ofereceram não sei quantos milhões, ai ele não quis, rapais, e ai eles queriam pega o seu Américo, eles queriam a cabeça do seu Américo, o home não tinha mais sossego, o seu Américo era o cara que deu o lote pra nós, o que que ele fazia, tinha o rio Itaquiraí lá e ele ficava só com a pescoscinha de fora, dentro do rio, ninguém achava o seu Américo, tentava acha o seu Américo, mais ele tinha corrido, mas ele tava dentro do rio, rapaiz mais foi uma luta (Natalino Rozatti, Março, 2018).

Nesse relato ficou evidente a ênfase fantasiosa sob a concepção de quem a viveu, relatada durante a luta no acampamento, em seguida, o relato do seu Américo, “não, ameaça nunca escutei não, só uma vez eles perguntaram pro pessoal que ia pra cidade, que hora o seu Américo passava” (Américo Gimenes, Abril, 2018). No segundo relato, essa mesma história foi dita de forma diferente, demonstrando que as concepções sobre um mesmo acontecimento são pessoais. Em outras palavras, cada um tem a sua versão sobre determinado acontecimento, dependendo de quais circunstâncias ficou submetido. Isso nos permite lembrar que “uma das lições preciosas da psicanálise é a de que esquecemos menos do que pensamos ou cremos” (RICOUER, 2006, p. 7) e isso supõe concluir que as lembranças se guiam de acordo com o que acreditamos, ou seja, se identificamos e damos maior significado ao que foi relevante em nossa trajetória. Esses relatos se referem ao acampamento no qual um dos assentados do Indaiá arrendou o sítio para o pessoal que estava acampado na fazenda Sul Bonito. Na época, essa foi uma decisão estratégica para ficarem mais próximos da fazenda ocupada. Com essa medida a polícia não poderia expulsá-los desse sítio, já que não estavam na fazenda e não sem o consentimento do dono do sitio.

Na fala do seu Natalino houve uma ênfase exagerada em suas conclusões, nas quais podemos analisar partindo do conceito sobre identidade e pertencimento ao grupo, na fala ele ressalta que jamais se esquecerá desse acontecimento e que fez questão de exaltar. Importante lembrar que no início do documentário esse mesmo assentado enfatizou sobre o sonho de possuir um pedaço de terra para criar seus filhos, o que nos permite concluir que, “o que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo” (POLACK, 1989, p. 10). Identificamos nesses dois relatos versões diferentes e contraditórias que só

foram possíveis de interpretar depois de compará-las, “é sempre possível opor os testemunhos uns aos outros, quer no que diz respeito aos factos relatados, quer no que respeita à fiabilidade das testemunhas” (RICOUER, 2003, p. 3), para não chegar a conclusões precipitadas sobre relatos que se referem à memória coletiva de um grupo.

A memória coletiva é construída e narrada, conforme se alinha ao que nos identifica, assim, esses relatos se referem à valorização do seu protagonismo, não apenas de um indivíduo, mas de um grupo, como ocorreu com o primeiro entrevistado,

Podemos portando dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLACK, 1987, p. 05).

Os relatos foram gravados e transformados em documentário, que traz o testemunho dos diferentes segmentos do assentamento, líderes e não líderes, com ênfase a um acontecimento narrado por um grupo e enquadrado na memória enquanto objeto da história, justamente pela sua dinâmica, pois entendemos que, “ele se dirige não apenas às capacidades cognitivas, mas capta as emoções e testemunha um passado. Ele acabou se tornando um instrumento poderoso para os rearranjos sucessivos da memória coletiva” (POLACK, 1989, p. 11). Assim, pensamos em um registro que pudesse servir como memória e documento histórico capaz de remeter a uma história relatada pelos principais agentes desse processo ao mesmo tempo em que pode ser analisada de forma cautelosa pelo historiador.

### **1. 3 Espacialização e resistência**

A formação política da maioria das pessoas envolvidas na história do assentamento Sul Bonito foi adquirida na trajetória de luta pela terra e isso foi um elemento que identificamos e julgamos necessário analisar. Para entender esse processo utilizaremos o conceito de espacialização e resistência dos camponeses<sup>10</sup> reelaborada por Fabrini (2006), a pedagogia do movimento social de Ribeiro (2010), e o papel da experiência na construção da consciência de classe em termos culturais e econômicos com Thompson (1981).

---

<sup>10</sup> Esse conceito foi elaborado por FERNANDES, B. M. em, “Espacialização e Territorialização da Luta pela Terra”. A Formação do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo. Depto. de Geografia - USP. São Paulo, 1994. E reelaborado por FABRINI, J. E.

Para entender a ideia de espaço que o movimento camponês adquiriu ao longo dos anos é preciso lembrar que os movimentos sociais de luta pela terra foram organizados por homens do campo e não o contrário, portanto esses, “são os sujeitos políticos no campo” (FABRINI, 2006, p. 9). Conforme o autor, dentre os vários movimentos sociais do campo o que mais tem se destacado nos últimos anos foi o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), “exemplo típico de movimento social que oferece maior resistência, justamente pelo fato de ser especializado” (FABRINI, 2006, p. 3). O movimento tomou um espaço amplo, que vai além da esfera local, pois eles se expandiram ocupando outros espaços, por meio de manifestações e apoio de outras instituições, como partidos políticos e igrejas. No assentamento Sul Bonito a presença do movimento não deixou de ser diferente, como podemos observar nos relatos a seguir,

Nóis tivemo que desenha modelo de casa aqui, tipo pranta né, memo por que não tinha muito com quem conversa, naquela época, do jeito que nós queria fizemo um prantinha, fizemo o inicio de um projeto escrito a mão, porque na época funcionava assim, depois fizemo isso e levamo numa maquininha e aí interessante, porque nós tinha uma parceria aqui com os companheiro do PT da época, interessante dize, que era os que era favorável a reforma agrária na época, quem mais era favorável a reforma agrária nesse município, nem o padre era...(Antônio Alves de Lima, Março, 2018).

Essa fala de um dos coordenadores do acampamento pelo MST na época, integrante do grupo coletivo que vai enfatiza a questão das decisões coletivas do grupo e o apoio dos partidos políticos, no caso do PT. A seguir, temos a fala de outro assentado, “fizemos alguns protestos na cidade, tipo na rua, panelaço, a gente fez vários protestos, tanto aqui em Itaquiraí, como em Campo Grande” (Nelson Barbosa, Março, 2018). Essas duas falas corroboram com o conceito de espaço e resistência do grupo, pois a intenção era chamar a atenção por meio de mobilizações e buscar apoio institucional dos partidos políticos. Com isso, eles tomam dimensões que os fortalecem cada vez mais, “criando situações para envolvimento do Estado através de ocupações de terra e órgãos públicos, marchas, caminhadas, atos públicos, etc. Assim, os camponeses constroem a possibilidade de retorno à terra” (FABRINI, 2014, p. 6).

Diferente de outros movimentos, o MST tomou uma amplitude nacional, porque camponeses, passaram a se organizar e defender uma bandeira de luta pela terra mais consistente (FABRINI, 2006). Essa luta tem trazido muitos resultados nos últimos anos, tanto que hoje, “O Movimento Sem Terra está organizado em 24 estados nas cinco regiões do país. No total, são cerca de 350 mil famílias que conquistaram a terra por meio da luta e da

organização dos trabalhadores rurais” (MST, 2018), demonstrando que tem se expandido cada vez mais, em nível local, regional e nacional.

Inferimos que essa nova forma de se organizar do MST, proporcionou fortalecimento e resistência ao movimento no assentamento Sul Bonito, evidenciada nas gravações do documentário, percebida na forma como as estratégias de acampamento eram pensadas desde a chegada das famílias na fazenda,

Quando a gente chego no acampamento a gente já começo senta pra discuti a estratégia pra gente permanece dentro da área [...] 21 ou 23 grupos de coordenadores, tinha coordenador e vice, então a gente sentava todos os dias pra reunião, qualquer assunto pertinente ao acampamento, reuníamos (Eliezer Américo, Março de 2018).

Esse depoimento testemunha uma luta organizada e negociada coletivamente no local, mas também, sempre se orientando pela direção nacional do MST, por meio das formações que eles recebiam. Assim, “Se por um lado, verifica-se uma ação menos territorializada dos movimentos camponeses, de outro, ganha sentido a uma força local sustentada no território como o acampamento de sem-terra” (FABRINI, 2006, p. 13). O relato acima também é confirmado por outro assentado, quando interrogado sobre a organização do grupo: “por causa da nossa resistência que era impressionante, a gente não arredava o pé né, o que queria” (Cícero Carneiro, Março, 2018). Portanto, observamos que as decisões eram tomadas de forma centralizada e descentralizada, uma direção nacional de maior abrangência e uma coordenação local com autonomia para as ações necessárias naquele momento.

As formações de apoio nos acampamentos para a continuidade da luta foram evidenciadas nas gravações e junto a isso também, as lições e aprendizados adquiridos ao longo do processo, “Não sabia nem o que era direito, só sabia trabaiá quem doido, ai tá, depois que eu comecei a acorda, comecei a anda, fui pra Brasília, Campo Grande umas par de vez, Santa Catarina, meche por esse mundão a fora, ai que eu fui vê” (Antônio José, Março, 2018).

Essa fala denota o despertar do sujeito, se fazendo e refazendo como agente político, juntamente com a formação oferecida na trajetória de acampamento que sempre fez parte da estratégia de luta do Movimento Sem Terra, concentrando a sua luta no fortalecimento das forças sociais, organizadas nos movimentos.

A questão da espacialização vai além do fator econômico, pois muitos não querem apenas terra, mas também um espaço para às suas manifestações culturais. Por isso, a religião

também assume grande importância no grupo, pois “em torno dela gira a vida da comunidade, indicando uma relação local porque é aí o lugar da sociabilização; é a célula da comunidade social e ponto de encontro” (FABRINI, 2006, p. 22). Nesse caso o local é onde se está localizado o espaço físico, mas é nesse lugar que as famílias trazem consigo os seus costumes e tradições que os acompanham durante a trajetória de luta, por se tratar da cultura imaterial. Ao questionar os assentados sobre a importância que a religião teve durante a trajetória de acampamento, eles foram enfáticos,

Nóis já tinha os culto, os evangélicos faziam os culto, os católicos faziam os cultos, faziam os terços dentro dos grupos, e quando a gente veio pro sítio, dentro do nosso grupo aqui, tinha a dona Terezinha Portilho, que ela já era de dentro da igreja, hoje ela é ministra da nossa igreja, então nois rezava aqui po meio dos capim, a gente andava na casa das pessoas, a gente fazia umas.... cortava esses litros de garrafa pet, pnhava a vela dentro, com alcinha, e aquela fila de gente, criancinha no colo, a gente ia reza em vários lugar, a gente iniciou a primeira igreja formada aqui dentro da Sul Bonito Católica foi ali no lote do Jaime da Dalva aqui do nosso grupo, a gente formou uma igreja de sapé e todo domingo tinha o culto lá (Eliezer Américo, Março, 2018).

Outro ponto que merece destaque é o respeito às diferenças religiosas entre católicos e evangélicos que não foi um obstáculo para a unidade do grupo, pois tudo se deu em nome de seu objetivo maior, que era a conquista da terra. Isso nos permite concluir que eles seguem na sua luta se reproduzindo e ocupando espaços coletivos, mas cada um na sua individualidade. A religião presente no movimento do assentamento Sul Bonito, serviu de elo para manter a união do grupo, “era um ponto de encontro de jovens ali, rezavam, tinha futebol tinha festa” (Joelma Andrade Messias, Março, 2018). Outro nascido no assentamento lembra de como a igreja foi construída,

Era uma comunidade que todo mundo ajudava, era um ponto de encontro que quando você saía da igreja, as pessoas ficava ali conversando, não ia todo mundo embora pra sua casa, o povo ficava lá, conversava se cumprimentava e todo mundo foi se ajudando para ela ser construída”(Cícero Jr Andrade Messias, Março, 2018).

Entendemos que a questão cultural atrelada ao econômico constitui parte fundamental da resistência nos assentamentos de Reforma Agrária, pois cria laços de união que fortalecem cada vez mais o grupo, “É importante destacar que as relações comunitárias podem possibilitar a construção da consciência política” (FABRINI, 2006, p. 25). Assim, todo o conjunto de fatores sociais vivenciados desde o acampamento até os dias de hoje, teria contribuído para a continuidade do assentamento, o que nos permite concluir que “no curso real das análises históricas ou sociológicas (bem como políticas) é de grande importância lembrar que os fenômenos sociais e culturais não correm atrás do econômico após longa

demora; estão na sua origem, imersos no mesmo nexos relacional” (THOMPSON, 1998, p. 99).

Depois da terra conquistada as famílias do Sul Bonito deram continuidade à luta por melhores condições de vida no campo, pois queriam um modelo de desenvolvimento de agricultura que pudesse atender os seus interesses. “Mesmo depois de assentadas, estas famílias permanecem organizadas no MST, pois a conquista da terra é apenas o primeiro passo para a realização da Reforma Agrária” (MST, 2018, sp).

O projeto de Reforma Agrária do MST tornou-se mais amplo devido ao perfil de produtividade no campo, por isso eles acabam desenvolvendo alternativas de produção fora dos meios convencionais, como no relato a seguir,

Bom, no meu caso aqui eu vô trabalha com agroecologia, que é a única coisa que eu posso, que eu tenho condições de recupera a terra sem um investimento que eu não tenho recurso financeiro, eu posso aproveita as ervas espontâneas, as adubação verde, investi o meu procera na conservação do solo que foi curva de nível e tampa as erosões, então fico mais fácil de trabalha a questão de recuperação [...] o grupo de agroecologia a gente formo tá com 9 anos, também seleccionei os participantes do grupo por afinidade ideológica com questão ambiental, a gente não saiu catando qualquer um só porque era bonito não, a gente passo, olho, viu como o cara trabalhava, você conversava com ele e você sentia que ele tinha amor a preservação ambiental, a saúde humana, ele priorizava a vida na verdade, a vida do solo e do ser humano e a saúde, esses foram os critérios pra pode forma o grupo de agroecologia, que iniciou com sete pessoas, hoje tem um certificado orgânico que é o meu e tamo hoje com dezesseis famílias ( Cícero Carneiro, Março, 2018).

Nesse caso observamos que os saberes tradicionais acabam gerando a produção e geração de novos saberes. Nesse sentido a terra não é utilizada para fazer negócio ou produzir em grande escala, mas tornou-se um meio de sobrevivência do grupo familiar, pois o cultivo de uma determinada planta não é apenas um produto agrícola, mas parte do seu mundo numa interação entre a natureza e o homem, como no caso da agricultura agroecológica que “os pequenos agricultores têm investido meios para garantir acesso a mercados de produtos elaborados fora do padrão convencional de uso de agrotóxicos” (FABRINI, 2006, p. 19).

Com a fala do assentado acima, partimos de outro ponto de análise ao relacionar todo esse processo com o conceito de experiência e a formação da consciência de classe, pois como relatado pelo assentado, ele não viu alternativa naquele momento e teve que experimentar, buscando alternativas até então desconhecidas e aprendendo durante o processo, isso nos permite relacionar com as análises de Thompson:

A experiência entra sem bater à porta e anuncia mortes, crises de subsistência, guerra de trincheira, desemprego, inflação, genocídio. Pessoas estão famintas: seus

sobreviventes têm novos modos de pensar em relação ao mercado. Pessoas são presas: na prisão pensam de modo diverso sobre as leis. Frente a essas experiências, velhos sistemas conceituais podem desmoronar e novas problemáticas podem insistir em impor sua presença (THOMPSON, 1981, p. 17).

Assim, o assentado também é levado a tomar decisões que até então não existiam e o contato direto com essa realidade cria situações e aprendizados vivenciados na experiência do dia a dia. Hoje ele fala com orgulho do aprendizado que teve no processo de luta, com destaque para o movimento sem terra. A pergunta foi a seguinte: o que mais te marcou na história do assentamento Sul Bonito?

O que mais me marcou foi que quando a gente tava lá na base e a gente veio lá de Angélica e Ivinhema, eu mesmo não sabia nem o que que era movimento popular, a gente chego aí, a gente até falava, ó os comunista, né, aí quando você via alguma coisa vermelha, aí falava que era comunista, então a gente foi aprendendo na luta mesmo, e adquirindo uma consciência que não era daquele jeito que a gente pensava né, e aí foi trabalhando a consciência da gente, depois a gente já começo entende, na verdade consegui te uma...faze uma leitura, um aprendizado político, na verdade foi uma... ensino a gente politicamente. O sentimento é de continua determinado na luta, assim em questão de um sistema de produção diferenciado sem degradação do meio ambiente, preservando a água, a vida humana, animal, tudo o que se tem de recuperação do solo e a manutenção da fertilidade também né, que você...não vamo faze que nem, deixa a nossa terra no estagio que nem tava, porque se for pra nós chega aqui e degrada ela e vende pra deixa forma fazenda de novo, não vai faze sentido a luta que a gente feiz, então a ideia é de permanência e habitação humana dentro da área rural (Cícero Carneiro, Março, 2018).

Aprendizados adquiridos ao longo da trajetória na qual essas pessoas se veem como protagonistas e sujeitos dessa conquista, tirando vendas dos olhos no fazer-se sujeito: “entendemos que o sujeito histórico seja o conceito mais abrangente porque se refere à classe social que detém a potência de transformar a sociedade” (RIBEIRO, 2010, p. 135). Para exemplificar essa análise, separamos mais uma fala de uma assentada:

[...] sô sem terra ainda, minha identidade é sem terra, tem vinte e poucos anos que eu tenho terra, mas a minha identidade é sem terra [...] É tudo isso né, por que você veio, era um boi, uma fazenda que tinha um boi [...] Eu sempre falo assim, era um boi, aí hoje são quatrocentos e vinte famílias [...] a garra, a luta, ser sujeito dentro de uma história né, eu faço parte, não sô mais um [...] minha identidade é sem-terra (Laudenice Soares Rozatti, Março, 2018).

O relato acima revela um aprendizado diretamente relacionado à sua vinda ao acampamento, pois seu esposo afirmou nas gravações, que ela não queria vir, mas depois da visita ao acampamento se apaixonou e ficou. Isso demonstra que ela viu sentido nesse projeto e foi adquirindo consciência ao longo da trajetória, em contato direto com a experiência no processo, construída ao longo da trajetória. Inferimos que essa conclusão está em consonância

com as análises de Thompson (1981) quando define que classe social é uma construção no tempo, não podendo ser adquirida antes de vivenciar um processo histórico, mas durante ele, no fazer-se dos fenômenos sociais:

Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico. Não vejo a classe como uma “estrutura”, nem mesmo como uma categoria, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas (THOMPSON, 1981, p. 9).

Nesse sentido, a formação da consciência de classe esteve diretamente atrelada à experiência vivenciada pelos seus integrantes, pois, “estamos falando de homens e mulheres [...] em sua autoconsciência dessa experiência. Por ‘relações determinadas’ indicamos relações estruturadas em termos de classe, dentro de formações sociais particulares” (Thompson, 1981, p. 111). Corroborando com o autor exemplificaremos com mais uma fala de uma assentada do Sul Bonito:

Olha o que mais me marcou no assentamento, porque essa, essa, vinda pro acampamento pro assentamento e hoje, eu sou uma agricultora familiar né, hoje eu tenho uma profissão, hoje eu não sô simplesmente uma trabalhadora na roça, igual era primeiro como uma dona de casa, hoje eu sô, hoje eu tenho uma profissão, tenho minhas notas de produtora, pra mim pra minha família [...] então hoje a gente é uma classe, uma categoria e essa trajetória no movimento, pra mim foi muito importante, porque eu aprendi muito, pra mim e pra mim contribui com meus colegas que tem menos conhecimento (Irene Morais, Março, 2018).

Com essa fala, concluímos que a ideia de experiência e consciência de classe esteve diretamente atrelada a um processo específico que uniu camponeses engajados nos movimentos sociais de luta pela terra, que ao se reproduzirem enquanto sem terra, adquirem consciência da sua própria classe, reconhecimento e identidade.

O processo de luta cria condições de aprendizados, que sempre estiveram presentes na pedagogia do MST, pois eles tem uma organização peculiar que tem trazido resultados importantes. Ela também é adquirida na relação direta com a experiência de indivíduos que se unem por interesses em comum. “A relação que o trabalhador estabelece na relação consigo mesmo e com os outros trabalhadores, humaniza enquanto produz bens materiais, imateriais, linguagem, arte, conhecimento e cultura” (RIBEIRO, 2010, p. 44). Esses aprendizados estiveram presentes na fala de um dos assentados, “O movimento sem terra, me mostrou o caminho, pra mim chega onde eu cheguei, pra mim te a minha família, eu acho que eu tenho,

que eu devo muito ao movimento sem terra” (Eliezer Américo, Março, 2018), esse é o relato de alguém que afirmou no início das gravações, não ser fã desse negócio de acampamento e nem sabe como foi parar aí, e que durante a trajetória decidiu abraçar a causa, e diz que foi aprendendo que pra conseguir alguma coisa seria preciso muita luta. Isso nos permite concluir a eficiência desse movimento se deu também, pela pedagogia adotada em suas frentes de lutas.

Na luta, esses companheiros se unem para garantir aquilo que entendem como direito à vida e ao trabalho: a terra para morar, plantar, criar os filhos, a liberdade de viver, a autonomia para reproduzirem-se enquanto tais. Esse processo tem uma dimensão educativa de formação de classe para si, colocando-se a emancipação social como horizonte (RIBEIRO, 2010, p. 122).

A partir desse conceito, ela levanta algumas questões importantes a cerca do movimento camponês ser ou não, sujeito histórico e aponta que à tempos vigorava a certeza de que a classe operaria seria o sujeito histórico condutor da revolução, de acordo com Karl Marx, isso deixava de fora outras possibilidades identificadas em outros países fora da Europa. Ao fazer vários estudos sobre a questão da emancipação camponesa ela conclui que “o sujeito político coletivo identifica os movimentos sociais populares, que, no seu processo organizativo são capazes de construir uma unidade de interesses comuns, em uma diversidade de interesses específicos” (RIBEIRO, 2010, p. 136). Embora lembre que essas são definições muito provisórias, compreendidas dentro de um tempo, essa análise pode ser importante para entender mais sobre os movimentos sociais de luta pela terra, seu protagonismo nas transformações sociais nas quais estão inseridos, demonstrando resultados consideráveis nas últimas décadas.

Entendemos, portanto, que as análises sobre o conceito da experiência em Thompson aliada às conclusões de Ribeiro sobre a pedagogia dos movimentos sociais são elementos importantes para entender um pouco mais sobre a composição do assentamento Sul Bonito. Trata-se de um assentamento que revela muito dessa realidade camponês/movimento, movimento/camponês como pudemos perceber por meio dos relatos das famílias durante as gravações. Ao mesmo tempo em que destacam seu aprendizado com a luta, revelam as formações que tiveram no movimento durante a trajetória de acampamento e assentamento.

#### **1. 4 Memória e história local**

A partir das análises das memórias individuais e coletivas no assentamento Sul Bonito localizado no Sul de Mato Grosso do Sul é possível levantar algumas discussões, sobre aspectos socioeconômicos locais e globais. Por meio das relações entre memória e história local, com base em Le Goff (1924), Pollak (1989) e Bittencourt (2005), Barros (2013), direcionamos nosso trabalho no sentido de explicitar as possibilidades teóricas e práticas.

Conforme Bittencourt (2005), o ensino de história deve proporcionar ao aluno um entendimento sobre a realidade que o cerca, por isso, para que o professor tenha melhores resultados, nada melhor que partir do local onde ele vive, “o ensino de História poderá fazer escolha pedagógica capaz de possibilitar ao aluno refletir sobre seus valores e suas práticas cotidianas e relacioná-los com a problemática histórica inerente ao seu grupo de convívio, à sua localidade, à sua região e à sociedade nacional e mundial” (BARROS, 2013, p. 2). Sendo assim, enfatizamos no documentário, memórias individuais e coletivas, por meio de perguntas sobre suas origens culturais e econômicas.

Os assentados revelaram muito da sua identidade enquanto indivíduos do campo inseridos num contexto histórico específico do município de Itaquiraí. Um deles falou sobre as serrarias existências na década de 1960, e a forma de trabalho estabelecida naquela época, outro que era arrendatário, revelou como funcionava esse sistema na época. O primeiro, o seu Antônio José destaca as dificuldades e aprendizados na época do trabalho na serraria, quando afirma, “não sabia nem o que que era direito, só sabia trabaiaá quem doido”(Antônio José, Março, 2018), depois ele conta como resolveu entrar no movimento da Fetagri: “eu queria arruma um pedacinho de terra pra mim planta, essa vida não dá, só trabaiaando pros outros não dá, recebe aquele dinheirinho no final do mês não sobrava pra nada”(Antônio José, Março, 2018). O outro, seu Luiz Pinto Pedroso, fala da forma como a mata era derrubada e o arrendamento da terra, “trabaiava dois ano, derrubava, prantava, mais dois ano tornava a derruba e pranta tudo de novo”(Luiz, Março, 2018). A partir desses dois relatos percebemos como era a realidade do município de Itaquiraí nesse período que nem era emancipado ainda, informação confirmada pelo seu Antônio José, que também deixou claro sua ligação com a terra e o sonho de voltar, motivado pelo movimento social.

Os depoimentos revelam acontecimentos guardados em suas memórias de um período na história de Itaquiraí e do Brasil nas décadas de 1980, pois é possível relacioná-lo ao aumento considerável dos movimentos sociais do campo nessa época, no qual já vinham se

consolidando a um bom tempo, mas que adquiriram maior força em consequência da redemocratização no Brasil após a ditadura militar em 1985/89. A complexidade da legalidade da terra, partindo dos relatos de como foi difícil a conquista que não é um processo simples de entender, devido as suas nuances enquanto forças políticas, que em momentos teve o estado ao seu favor, e em outros contra. As relações de poder entre os movimentos sociais de luta pela terra x grandes proprietários, no sentido de entender as forças políticas sob um viés dialético e problemático, proporcionando discussões importantes, para alunos da educação básica, proporcionando maior conhecimento sobre essa realidade muitas vezes desconhecida, já que existem 12 assentamentos de reforma agrária no município de Itaquiraí.

Ao tratar das questões que envolveram os movimentos sociais e a questão agrária, pode-se discutir sobre os direitos sociais básicos, como, trabalho, saúde e educação, muitas vezes negados pelo estado, e que os movimentos sociais de luta pela terra conquistam por meio das suas mobilizações em um estado democrático de direito.

Partindo das análises supracitadas, foi possível estabelecer relações do presente com o passado, local, regional e nacional, promovendo questionamentos sobre os motivos da chegada de tantas famílias em Itaquiraí na década de 1990, evidenciando aspectos culturais, econômicos e políticos, pois “Essa temática permite que o professor parta das histórias individuais e dos grupos, inserindo o aluno em contextos mais amplos” (BARROS, 2013, p. 3).

Conforme Ricouer (2003), a memória é condutora de fatos passados, pois é carregada de sentimentos o que a impede de cair no esquecimento, cabendo ao historiador trazer a tona essas memórias e as relações de poder que exaltam umas e negligenciam outras. Além das relações de poder ele também deve entender que,

A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passada (LEGOFF, 1924, p. 366).

Por essa premissa o historiador deve entender o significado de uma memória coletiva e individual e com isso instigar o aluno a se interessar por entender as relações de poder que permeiam a sociedade no local onde ele vive, “a memória é, sem dúvida, aspecto relevante na configuração de uma história local tanto para historiadores quanto para o ensino” (BITTENCOURT, 2004, p.168).

As memórias do assentamento Sul Bonito nos permitem ampliar horizontes, já que, são pessoas vindas de 13 municípios da região, cada uma com sua história de vida e cultura, que foram aos poucos se tornando sujeitos de uma identidade individual e coletiva, nos conduzindo a várias questões relacionadas à luta pela ocupação legítima da terra.

Ao tratar da vinda das famílias em Itaquiraí por meio do documentário é possível estabelecer relações com o contexto político da década de 1980/90 no Brasil. O processo de redemocratização e o surgimento de vários movimentos sociais de luta pela terra e a aprovação do I Plano Nacional de Reforma Agrária em 1985, que deu ânimo e esperança para muitas famílias, com a possibilidade de conquista da terra.

Conforme Barros (2013) as identidades pessoais e coletivas de um grupo estão intimamente relacionadas à memória “já que tanto no plano individual quanto no coletivo ela permite que cada geração estabeleça vínculos com as gerações anteriores” (BARROS, 2013, p. 3). Assim, ao trazer à tona as lembranças dos acontecimentos, ela pode revelar o passado de um indivíduo ou grupo trazendo o sentimento de pertencimento e respeito a esse passado, até porque muitos alunos que moram no assentamento podem se sentir valorizados ao se verem representados na história do seu próprio grupo no município. A memória individual e coletiva é um elemento constituinte do sentimento de identidade, fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLAK, 1992).

Nesse sentido os alunos do campo podem sentir-se mais próximos do ensino de história compreendendo e se construindo enquanto cidadãos críticos e conhecedores do local onde vivem, “é a partir do local que o aluno começa a construir sua identidade e a se tornar membro ativo da sociedade civil, no sentido de que faz prevalecer seu direito de acesso aos bens culturais, sendo eles materiais ou não materiais” (BARROS, 2013, p. 15).

Outros pontos a serem trabalhados com os alunos a partir da apresentação do documentário, Histórias em movimentos, conquistas e resistências no assentamento, seriam entender, como as memórias coletivas e individuais são construídas, as relações de poder dentro do grupo, os sentimentos que permeiam essas lembranças e porque muitas memórias ditas oficiais são mais valorizadas do que outras. Para que, estabeleçam relações com contextos mais amplos, com um ensino de história capaz de despertar mais interesse e compreensão, partindo do local onde vive, inserindo-o enquanto sujeito que faz parte de um processo histórico.

Portanto, entendemos que são muitas as possibilidades de pensar o ensino de história ao estabelecer as relações necessárias entre memória e história local. Em nossa análise, são histórias em movimento com ou sem paradeiro fixo, físico e imaginário, material e imaterial, frutos de um processo dialético. São pessoas invisíveis muitas vezes, mas que fizeram história no município de Itaquiraí, sul de Mato Grosso do Sul, cabendo ao professor de história documentar e problematizar a amplitude dos contrapontos oriundos dessas histórias em movimento, conquistas e resistências.

### **1. 5 Considerações finais**

Esperamos que ao final das discussões tenhamos podido contribuir para entender um pouco mais sobre os movimentos sociais de luta pela terra, esses trabalhadores que vieram em busca de trabalho e a questão da terra na região Sul de Mato Grosso do Sul, que foi palco das muitas lutas e conflitos registrados.

Sem a pretensão de esgotar o tema, estamos cientes de que levantamos alguns pontos relevantes para entender a formação de um assentamento da reforma agrária, e por meio do documentário dar visibilidade a luta dos assentados, mesmo que de forma breve, mas que abre um leque de possibilidades para pesquisas ainda não contempladas nesse artigo e documentário.

No transcorrer dessa pesquisa foi preciso analisar vários aspectos históricos e teóricos a serem trabalhados em um assentamento rural como o Sul Bonito. O primeiro deles foi entender como se desenrolou os conflitos de terras nessa região, as leis que favoreceram determinados grupos em detrimento de outros e a influência dos movimentos sociais do campo e, conseqüentemente, os motivos que proporcionaram a vinda dessas pessoas a esse local.

Partindo do título que conduziu nosso trabalho, analisamos histórias em movimento, que resultaram em memórias cristalizadas por meio de um documentário. Narrativas sobre experiências de vida que transformaram pessoas em sujeitos protagonistas dessa história. Aprendizados adquiridos na luta do dia a dia, nos permitindo repensar questões teóricas enfatizadas por Thompson, aquilo que ele chamou de, uma história vista de baixo, pois os aprendizados nem sempre vem de cima para baixo, mas podem ser adquiridos de baixo para

cima, isto é, partindo da prática e não da teoria. Aliado a essa constatação ele nos trouxe análises importantes com relação ao conceito de classe, na qual conclui que, a formação da consciência de uma classe acontece inserida num evento histórico. Corroborando com as nossas análises sobre o assentamento Sul Bonito, em se tratando de histórias em movimento, que transformam lugares e se transformam em sujeitos de uma conquista, e modificados no seu próprio tempo.

As famílias nos movimentos sociais de luta pela terra ocuparam espaços até então não vistos, materiais e culturais, identificados como sem terra, além de um movimento local, mas com dimensões nacionais, construídas historicamente no Brasil.

Para finalizar, buscamos fazer uma reflexão sobre o ensino de história e como a memória do local pode proporcionar maior interesse no aluno em aprender história, quando proposta com o objetivo de formar cidadãos conscientes e que saibam fazer a crítica na sociedade em que vivem, estabelecendo relações mais amplas e partindo da compreensão da realidade socioeconômica que o cerca.

### Referências bibliográficas:

BARROS, Carlos Henrique Farias. **Ensino de História, memória e história local**. Rev. Hist. UEG. V.2, n.1. Porangatu: UEG, p.301-321, jan./jul. 2013. Disponível em: <<http://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/1451/972>> Acesso em: 29/06/2018.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. Cortez editora. 2005.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 91.766, de 10 de outubro de 1985**. Brasília: Câmara Legislativa Brasileira, 1985. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91766-10-outubro-1985-441738-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 29 de maio de 2018.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal de Itaquiraí. **História de Itaquiraí – MS**. Disponível em: <<http://www.itaquirai.ms.gov.br/historico/>> Acesso em 20 de Maio de 2018.

\_\_\_\_\_. Superintendência Regional de Mato Grosso do Sul – SR (16) **projetos de assentamento criados e/ou reconhecidos pelo INCRA-MS**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/ms>> Acesso em 19 de Maio de 2018.

CALDART, Roseli Salette. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola**. Rio de Janeiro: Editora. Vozes, 2000.

**COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT)** Disponível em: <[www.cptnacional.org.br/quem-somos/-historico](http://www.cptnacional.org.br/quem-somos/-historico)> Acesso em 27 de Maio de 2018.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **Memória, tempo, identidades**. Revista História Oral. Vol. 06. São Paulo: Associação Brasileira de História Oral, 2003, pp. 9-25. Disponível em: <<https://revista.historiaoral.org.br>> Acesso em 27 de Maio de 2018.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. **História do Tempo Presente**. 1º ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FABRINI, J. E. **A escala da luta e resistência camponesa**. Geosul, v.21, n42. Florianópolis: 2006, pp.63-91. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/download/12831/12011>> Acesso em 27 de Maio de 2018.

\_\_\_\_\_. **A posse da terra e o sem-terra no sul de Mato Grosso do Sul: o caso Itaquiraí**. Dissertação de Mestrado. Presidente Prudente/SP, 1995.

\_\_\_\_\_. **A Resistência Camponesa nos Assentamentos de Sem – Terra**. Cascavel: Edunioeste, 2003.

FACHIN, Viviane Scalón. **Reordenamento de terras no sul de Mato Grosso do Sul**. Revista de Ciências Sociais. nº 45. Paraíba: Universidade Federal da Paraíba, Julho/Dezembro de 2016, p. 47-66. Disponível em: <[www.periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/download/30636/17801](http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/download/30636/17801)> Acesso em 20 de Maio de 2018.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DE MATO GROSSO DO SUL (FETAGRI) Disponível em: <[www.fetagrims.org.br/index.php?pag=institucional.php](http://www.fetagrims.org.br/index.php?pag=institucional.php)> Acesso em 27 de Maio de 2018.

FERNANDES, B. M. - **Espacialização e Territorialização da Luta pela Terra: A Formação do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo**. Depto de Geografia - USP. São Paulo, 1994.

FERREIRA, Marieta de Moraes, Fernandes, Tania Maria e Alberti, Verena. **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, 2000.

FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaina. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

FERRO, Marc, 1924. **Cinema e História**. São Paulo: Tradução, Flávia Nascimento, ed. Paz e Terra, 1992.

FREITAS, Sonia Maria de. **História oral possibilidades e procedimentos**. 2º ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

GRZYBOWSKI, Cândido. **A hora da mudança dos movimentos sociais**. In: TORRES, Artemis (org.). **Mato Grosso em movimentos**. Cuiabá, UFMT, 1994.

LE GOFF, Jacques, **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão. Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

Brasil. Histórico do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/reformaagraria>> Acesso em 18 de Junho de 2018.

\_\_\_\_\_. Assentamentos e modalidades. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/assentamentosmodalidades>> Acesso em 04 de Novembro de 2018

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **História dos Movimentos Sociais no Campo**. Rio de Janeiro, Fase. 1989.

Movimento dos Trabalhadores rurais Sem Terra (MST) disponível em: <<http://www.mst.org.br/quem-somos/#full-text>> Acesso em 23 de Junho de 2018.

MENEGAT, Alzira Salete. **OS ASSENTAMENTOS TAQUARAL E SUL BONITO: ESPAÇOS EM (RE) CONSTRUÇÃO**. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/14986041-Os-assentamentos-taquaral-e-sul-bonito-espacos-em-re-construcao.html>> Acesso em 02 de Novembro de 2018.

POLACK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol, 2, n. 3, 1989.

PRADO JUNIOR, Caio. **A Questão Agrária no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1979.

RIBEIRO, Marlene. **Movimento Camponês trabalho e educação liberdade, autonomia, emancipação: princípios/ fins da formação humana**. São Paulo: Editora. Expressão Popular, 2010.

\_\_\_\_\_. **Movimento camponês, trabalho e educação - liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana**. Ed1. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

RICOUER, Paul. **Memória, história, esquecimento**. Campinas: UNICAMP, 2006.

SILVA, Daiane Alencar. **A Produção Alternativa no Assentamento Sul Bonito / Itaquirai – MS: O caso do Grupo de Agroecologia Terra Viva.** Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas/MS – nº 20 – Novembro de 2014.

THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria ou um planetário de erros uma crítica ao pensamento de Althusser.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

\_\_\_\_\_. **Costumes em comum.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.